

TRIBUNAL SUPREMO	
MINISTÉRIO DE DEFESA, E...	BIBLIOTECA
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem.....	132
Quem recebeu:.....	
Data: 30 / 06 / 2022	Hora 12:44



TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 69/2016

Sumário

- É nulo o julgamento que tiver sido realizado com a preterição da notificação do Ministério Público, ainda que tenha sido nomeado, *ad hoc*, oficial de justiça para exercer o seu papel em sua substituição, como preceitua o artigo 98º nº 8 do CPP.
- É nulo o julgamento que tenha sido efectuado com a preterição da defesa do arguido por violar o princípio da ampla defesa, nos termos do artigo 98º nº 4º do CPP.
- Quando o arguido não tenha constituído a sua defesa, ser-lhe-á oficiosamente nomeada pelo juiz nos termos do que dispõe o artigo 22 do CPP.
- O direito a defesa tem consagração nos artigos 62 e 65 da Constituição da República de Moçambique.

Acórdão

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo:_____

A Digníssima Procuradora-Geral da República, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do nº 3, do artigo 17, da Lei nº 22/2007 de 1 de Agosto, requereu a anulação das sentenças proferidas pelo Tribunal Judicial do Distrito de Montepuez, nos autos de querela nº 505/2015; 559/2015; 553/2015; dos autos de Polícia Correccional nº1/2016 e 31/2016, por ter sido efectuado o julgamento sem

que para o efeito tenha sido notificado do Ministério Público e com ausência da defesa dos arguidos._____

Inconformado com a sentença proferida nestas condições a Digníssima Procuradora Geral da República apresentou o competente recurso motivando nos seguintes termos:_____

- O tribunal preferiu nomear oficiais de justiça, em substituição do Ministério Público mesmo sabendo que aquele tipo de processos reveste certa solenidade, sendo inquestionável a presença do Ministério Público a quem impende o ónus de deduzir a acusação e sustentá-la, bem como a prática de actos a ele reservados._____
- De igual modo, o tribunal substituiu a defesa do arguido nomeando para o efeito defesa oficiosa (*ad hoc*), oficiais de justiça, mesmo consciente de que o Distrito dispõe de três membros do IPAJ._____
- Dispõe o número 1 do artigo 234 da Constituição da República de Moçambique que o Ministério Público constitui uma magistratura hierarquicamente organizada, subordinada ao Procurador - Geral da República, competindo-lhe participar nas audiências de discussão e julgamento, colaborando na descoberta da verdade e no enquadramento legal dos factos, podendo directamente fazer perguntas e promover a realização de diligências que visam a descoberta da verdade material, como dispõe a alínea e) do artigo 4 da Lei nº 22/2007, de 1 de Agosto._____
- Nos termos da lei, o Ministério Público faz-se representar por procuradores provinciais e distritais, como dispõe o nº 1 do artigo 5 da Lei nº 22/2007, não havendo espaço para os oficiais de justiça representá-lo._____
- Dispõe o artigo 415º do CPP, que o tribunal ouve o Ministério Público sobre qualquer requerimento, em respeito ao princípio do contraditório._____
- O poder discricionário dado ao juiz não comporta a prerrogativa do mesmo deixar de notificar o Ministério Público._____

Alinham-se como objecto do recurso a preterição de notificação do Ministério Público para o julgamento e a falta de constituição da defesa._____

Colhidos os vistos legais cumpre apreciar e decidir. _____

Está suficientemente demonstrado nos autos que o Tribunal Judicial do Distrito de Montepuez julgou os processos de Querela nºs 505/2015 ; 559/2015; 553/2015 ; e de Polícia Correccional nºs 1/2016 e 31/2016, sem que para o efeito tivesse notificado o Magistrado do Ministério Público junto daquele tribunal. _____

Para suprir a falta, a Meritíssima Juíza nomeou em sua substituição, oficiais de justiça em serviço naquele tribunal. _____

Por outro lado, a magistrada, omitiu a nomeação de defesa oficiosa para os arguidos, nos processos atrás designados, sabendo que aqueles não tinham nomeado mandatários para os representar. _____

Da falta de notificação do Ministério Público: _____

O Ministério Público é o titular da acção penal, competindo-lhe agir nesta qualidade em todas as fases do processo penal em que for obrigatória a sua intervenção incluindo na fase do julgamento. _____

A sua actuação no processo penal assume um carácter especial porque, tanto pode ser feita como *dominus litis* incumbindo-lhe nessa qualidade o ónus *probandi* dos factos que constam da acusação, como também na qualidade de *custus legis*, quando intervém como fiscal da legalidade garantindo o respeito dos direitos dos acusados (no interesse da sua defesa) e das suas vítimas, em relação a infracção. _____

Em ambos casos o Ministério Público colabora na descoberta da verdade material, no apuramento de factos que avolumam ou adelgaçam a responsabilidade do arguido, bem como no enquadramento jurídico dos factos, como preceitua a alínea e) do artigo 4 da Lei nº 22/2007, de 1 de Agosto. _____

Como ficou dilucidado, o papel do Ministério Público não é o de mero espectador. Compete-lhe participar sempre nas audiências de discussão e julgamento sendo a sua presença obrigatória, no acto para que for notificado, uma vez que sobre ele

impendem responsabilidades na defesa da legalidade, no interesse que a lei determinar, sob pena de nulidade. _____

A sua ausência em sede de julgamento impede-lhe de sustentar a acusação apresentando as provas colhidas na fase de investigação comprometendo a sua contribuição na descoberta da verdade material que se pretende. _____

O Ministério Público exerce ainda uma função jurisdicional essencial do Estado na defesa da ordem jurídica, cuja legitimidade de intervir nos processos introduzidos em juízo decorre da Constituição, nos termos do artigo 236, que lhe confere a capacidade de estar em juízo. _____

Dada a importância da sua intervenção e do papel que exerce no processo, é obrigatória a sua convocação para audiência de discussão e julgamento sendo portanto ilegal a omissão da notificação por conduzir a nulidade, pois, como aduz o Digno Procurador-Geral Adjunto na sua locução, não cabe no poder discricionário do juiz convocar ou deixar de fazê-lo, sendo insuprível a nulidade do julgamento quando realizado na sua ausência por motivo que não lhe é imputável, como consignada no artigo 98º nº 8 do CPP. _____

Nos autos de querela nº 505/2015; 559/2015; 553/2015; e autos de Polícia Correccional nº1/2016 e 31/2016, como demonstram a folhas 24, 27, 31, 32 e 37 respectivamente, a Meritíssima Juíza não marcou o julgamento, que mesmo assim foi realizado, com excepção do processo nº 1/2016, e não mandou notificar o Ministério Público. _____

A faculdade prevista no artigo 417º § 1º do Código de Processo Penal, antes da entrada em vigor da Lei nº 4/2017 de 18 de Janeiro, pressupunha que o motivo da ausência do Ministério Público em sede de julgamento fosse a ele respeitante, o que afasta o livre arbítrio do tribunal decidir sobre a sua notificação, sendo esta jurisprudência firmada neste tribunal. _____

Da falta de defesa constituída para os arguidos _____

Compulsados os autos, decorre das actas de audiência de discussão e julgamento que os arguidos não estavam devidamente representados por advogados e mesmo assim, a Meritíssima Juíza prosseguiu com o julgamento sem que providenciasse a devida assistência para cada um dos arguidos. _____

Estabelece o disposto no artigo 22º, § 1º do CPP, a obrigatoriedade do arguido ser assistido por alguém que possa cuidar exclusivamente da sua defesa. A obrigatoriedade assim imposta decorre da materialização do princípio da ampla defesa que deverá ser assumida por alguém com conhecimentos técnicos jurídicos capaz de compreender a acusação contra o arguido deduzida pelo Ministério Público ou pela acusação particular. _____

O direito à defesa consagrado na Constituição da República de Moçambique, constitui uma garantia dada ao arguido e não pode sofrer limitações não previstas na lei. Trata-se pois de um direito fundamental consagrado na Constituição que não comporta excepções, auto-representação. _____

Portanto a falta de defesa para o arguido não se compagina com a forma estruturante do processo vigente por equivaler a recusa ao arguido do direito de se proteger face aos meios de prova carreados no processo que sustentam toda a acusação contra si deduzida, acarretando por consequência a nulidade do julgamento, conforme dispõe o artigo 98º nº 4º do CPP. _____

É um direito conferido ao cidadão de poder livremente escolher o seu defensor e na sua falta a lei impõe ao juiz a nomeação oficiosa de alguém que possa exercer a sua defesa, sem embargo de o arguido, querendo, a qualquer momento, requerer a sua substituição por alguém da sua preferência para exercer o mandato na medida necessária da tutela do seu direito - Vide nº 2 do artigo 62 da Constituição _____

A relevância do patrocínio judiciário é evidenciada em sede de recurso, exigindo-se a sua subscrição por mandatário como estabelece o artigo 32 do CPP aplicável subsidiariamente, decorrente da natureza técnico - jurídico das questões debatidas em sede de recurso. _____

É inconcebível que um direito fundamental com consagração constitucional seja

cerceado por livre arbítrio do juiz submetendo o arguido a um julgamento sem a possibilidade de escolher o seu defensor que tenha conhecimentos técnicos jurídicos suficiente e capaz de em seu nome realizar exclusivamente e de forma conveniente a sua defesa, trazendo no processo tudo quanto seja favorável à posição jurídica do arguido. _____

Resulta de todo o expendido que a defesa como configurada no artigo 65 n.º 1, da Constituição da República de Moçambique não é uma faculdade mas um direito fundamental inviolável que assiste a todo o arguido cuja falta acarreta a nulidade do acto. _____

Como corolário deste direito fundamental, o artigo 22º parágrafos 1º e 2º do CPP, atenta as possíveis consequências e a relevância da presença da defesa, prevê a nomeação ao arguido de uma defesa oficiosa nos casos em que este não tem advogado constituído. Ademais ao abrigo do artigo 62 n.º 1 da Constituição impende sobre o estado o ónus de garantir esse direito fundamental ao arguido. _____

A intervenção de uma defesa com conhecimentos técnicos jurídicos justifica-se uma vez que a produção da prova e a sua revalidação incluindo a discussão de determinadas questões de facto e de direito, visam a salvaguarda dos interesses legalmente protegidos por lei _____

A liberdade de escolha de defesa consiste na faculdade de, sem interferência, o arguido escolher um meio de defesa digno ou de rejeitar alguém que lhe tenha sido nomeado, por faltar-lhe confiança de que irá exercer eficazmente a sua defesa. Porém, ao abrigo do Código de Processo Penal vigente, esta recusa só poderá ocorrer nos termos do artigo 26º, ou seja quando haja motivo fundamentado para o fazer, salvo nos casos previsto no artigo 127º do mesmo instrumento ¹. _____

Sendo por conseguinte legítimo concluir-se que a falta de nomeação de defensor oficioso para o arguido cuja defesa ele próprio não constituiu ou tenha recusado por motivos devidamente fundamentados, está ferida de ilegalidade e acarreta a

¹ BARREIROS, José António, Processo Penal-1, ALMEDINA. Coimbra, 1981pp 432 a 434.

nulidade do julgamento a que os arguidos forem submetidos e consequentemente a sentença proferida, o que desde já se declara. _____

Do artigo 98º do CPP que dispõe sobre as nulidades em processo penal e das suas consequências mormente o nº 4º sobre a falta de defesa constituída para o arguido decorre do seu nº 8, e do § 1º que uma vez declarada a nulidade deverão ser praticados os actos omitidos visando a reparação do vício que lhe deu origem. _____

Em face do exposto, dando provimentos ao recurso os juizes da Secção Criminal deste tribunal ordenam a baixa dos autos para que o julgamento seja repetido com a presença do Ministério Público e da defesa dos arguidos, devidamente constituída. _

Sem imposto _____

Maputo, 25 de Outubro de 2018